

Escravidão e loucura: uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis

José Gomes Pereira

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
colhudopai@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i3.1695>

Resumo

Este trabalho se refere a um estudo sobre o conto “A Escrava”, da escritora brasileira Maria Firmina dos Reis, publicado na *Revista Maranhense* (1887:1 n° 3), o qual aborda a problemática da discriminação racial em nosso país, ainda na época da escravidão. São três as categorias de vozes do discurso no conto: a voz dos escravocratas, na qual aparece a figura do senhor; a voz dos abolicionistas, em que aparece a senhora, a narradora inicial; e a voz da escravizada, que é Joana, a escrava. Há, no conto, a falta de acordo entre o discurso religioso de igualdade/solidariedade e as vozes do discurso de relação de poder entre senhores e escravizados. O objetivo do trabalho é analisar as metáforas da desumanização: a figura do negro que fala da África, que só se enxerga livre quando olha para o passado vivido nas terras africanas. A abordagem está inserida no quadro teórico-metodológico da metáfora da alienação de Frantz Fanon, na qual a insanidade se revela como uma consequência do processo colonial.

Palavras-chave: mulher negra; escrava; loucura.

Slavery and insanity: a reading of the short story “A escrava” [The slave], by Maria Firmina dos Reis

Abstract

This paper refers to a study about the short story *A escrava* [The slave], from the Brazilian writer Maria Firmina dos Reis, published in the *Revista Maranhense* (1887:1 n°3), which addresses the issue of racial discrimination in our country, still in the era of slavery. There are three categories of voices of discourse in the short story: the voice of the enslavers, in which the figure of the lord appears; the voice of the abolitionists, in which the lady appears, the initial narrator; and the voice of the enslaved, who is Joana, the slave. There is, in the story, the lack of agreement between the religious discourse of equality/solidarity and the voices of discourse of the power relation between masters and enslaved people. The aim of this paper is to analyze the metaphors of dehumanization: the black figure who speaks of Africa, who finds himself free when he looks at the past lived in the African lands. The approach is inserted in the theoretical-methodological framework of Frantz Fanon's alienation metaphor, in which insanity is revealed as a consequence of the colonial process.

Keywords: black woman; slave; insanity.

1. Introdução

Às vésperas da abolição da escravatura, que se consolidou por meio da assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, em 1888, o conto “A Escrava” fora lançado. Diferente de qualquer outro conto meramente abolicionista, “A Escrava”, à semelhança de *Úrsula*¹,

¹ *Úrsula* foi o primeiro romance afro-brasileiro, também escrito por Maria Firmina dos Reis e publicado em 1859.

narra episódios no contexto da escravidão, na perspectiva do escravizado. A singularidade de ter sido escrito por uma mulher, o fato de Maria Firmina dos Reis ser negra, além da ousadia temática para a época, tornam tal conto um achado histórico.

Em avançados tempos de escravidão, alguns intelectuais brasileiros já se manifestavam contrários, ideologicamente, ao regime escravista e a incômoda comparação com a Europa alimentava ainda mais a insatisfação dos que se denominavam abolicionistas. A coragem da escritora em desenvolver um tema dessa categoria, num contexto sócio-político complexo, qualifica ainda mais a leitura de sua obra, que se faz recomendável, conforme aponta Lobo (2014, p. 118):

O conto “A escrava”, publicado na *Revista Maranhense*, em 1877, destaca-se por sua coragem e originalidade entre outras obras que circulavam na época romântica, que defendiam o abolicionismo em tese, no plano das ideias, mas não logravam vivenciar o problema racial na própria carne.

Existe uma narradora branca, declaradamente abolicionista, que conta a história e participa dela. É permitido ao leitor se apropriar da revelação dos fatos, graças à narrativa feita pela protagonista Joana, um pouco antes de morrer, elucidando detalhes de sua vida de escravidão, submetida ao branco opressor e desleal.

Joana teve um pai indígena e uma mãe negra escrava. O pai dela, com muito esforço, compra a liberdade da filha. Após a morte dele, a menina Joana é escravizada. Nesse momento, a mãe dela percebe que ela e o marido, sob o jugo do analfabetismo, foram enganados, quando deram crédito à palavra do senhor Tavares (senhor de engenho e escravocrata): o papel escrito, representando a alforria de Joana, na verdade, não possuía valor legal algum.

Um fato ocorrido no passado é que explica o desespero e o transtorno psicológico da protagonista: seus dois filhos (Carlos e Urbano), que eram gêmeos, foram, aos oito anos de idade, violentamente separados dela e vendidos a um traficante de escravos que os levou ao Rio de Janeiro, de onde nunca mais voltaram. Após esse fato, Joana enlouquece, tendo apenas a companhia do filho Gabriel.

Na sequência da narrativa da personagem sobre a fuga, aparece a escrava, aos gritos, correndo de seu algoz – o feitor Antônio, que vem em seguida e acaba sendo despistado. Ele era subordinado ao senhor Tavares, e, na ocasião, buscava recuperar a escrava que havia fugido. Logo após, surge um escravo desesperado, procurando pela mãe. Era Gabriel, filho de Joana. A narradora dá abrigo aos dois. Após contar sobre sua vida, Joana não resiste e morre. A personagem-narradora compra a liberdade de Gabriel. O conto se encerra com a cena do senhor Tavares esbravejando por perceber que não poderia mais levar Gabriel cativo.

2. As personagens e seus papéis na trama

Há um organizado encaixe entre as personagens e os papéis sociais no contexto em que elas estão inseridas, distribuídas num plano tripartite: a) o dominador, que aparece na figura do senhor Tavares, representando, em termos ideológicos, o colonizador, além do feitor Antônio, seu subordinado; b) o dominado, que ganha voz com a escrava Joana, representando o colonizado, juntamente com Gabriel, seu filho; c) o abolicionista, no

papel da personagem-narradora, assumindo a dupla função de denunciante e conciliadora de conflitos.

A utilização dos termos *colonizador* e *colonizado* se respalda no conceito de *colonialismo* de Bonnici e Zolin (2009), segundo o qual, todo o centro cria sua periferia, num binômio centro/margem, ou, em outras palavras, ocorre uma separação entre colônia, onde estão os que dominam e, no outro lado, o colonizado, que é a parte correspondente aos povos conquistados. Fanon (2008, p. 34) dirá que “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.”

É possível estabelecer um duplo viés de observação a partir do papel que cada personagem desempenha dentro da trama. Desse modo, tanto se pode ver o perfil do colonizado, na perspectiva das ações do colonizador, como também se pode observar o perfil do colonizador, na perspectiva das ações do colonizado. A função articuladora da narradora permite tal processo e colabora para a constante recuperação temática.

2.1 O papel do colonizador

O senhor Tavares sustenta o discurso da elite dos senhores de engenho, sob uma ordem ideologicamente escravocrata, racista e religiosa, toda projetada como garantia de poder. A sequência lógica dos fatos vai preparando o leitor para começar a entender o pensamento do discurso do colonizador, no qual seu objetivo fica definido, conforme aponta Bhabha (2007, p. 111):

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade.

Isso é comprovado no próprio conto, no qual a escritora permite ao leitor tomar conhecimento de duas perspectivas diferentes sobre um mesmo assunto. O conceito de lealdade e de bom homem, concebido pelo senhor Tavares, se dirige ao feitor Antônio, sobre cujas atitudes, a narradora e duas personagens se encarregam de refutar, ao passo que os conceitos de deslealdade e imprestabilidade são por ele aplicados à negra Joana, conforme fragmento abaixo:

Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. (REIS, 2004, p. 260).

No fragmento acima, desvela-se a visão que o colonizador tem do colonizado, sustentada pela manutenção de um discurso depreciativo da pessoa humana, uma vez que o ponto de vista sobre o corpo da mulher escravizada visava apenas sua utilidade, sua condição para o trabalho, tornando-se inútil ao se alienar. Inversamente proporcional está a exaltação das qualidades morais do branco, na pessoa do feitor Antônio, cujo valor

representa o exercício do poder do colonizador. O chicote do feitor é a representação do poder do senhor. A personagem exerce com zelo o papel de opressor, como podemos ver no discurso reproduzido abaixo:

- Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! (REIS, 2004, p. 245).

Observe, no trecho acima, como funciona o mecanismo de desqualificação presente no discurso do feitor Antônio, em relação à escrava Joana. Na visão dele, a única solução para Joana era o tronco. Essa expressão reforça a visão colonialista, na figura do opressor sobre o oprimido. Afinal, uma escrava não trabalhando era prejuízo para o seu senhor. Estas proposições são as marcas do regime colonial de desumanização do ser.

2.2 O papel do colonizado

A escrava Joana, por conseguinte, sustenta o discurso do sujeito colonizado, ou seja, o discurso dos oprimidos, dos negros capturados e trazidos contra a própria vontade, do continente africano – onde eram livres, para o Brasil – que passaram a ser escravizados. Junto a ela, também temos a participação de Gabriel, o filho que lhe restara. Sobretudo, há um elemento diferencial: Joana é a protagonista.

Há um duplo estágio de valores nesse discurso: primeiro, o colonizado tem voz; e, segundo, todos os fatos se esclarecem, graças à sua intervenção. Assim, o depoimento da protagonista é revelador de pelo menos três elementos do caráter do homem branco: a deslealdade, a crueldade e a bondade.

A deslealdade do senhor Tavares é revelada no episódio da falsa carta de alforria, que revela a questão da linguagem, apontada por Fanon (2008) como elemento de opressão, não apenas na modalidade oral, mas principalmente na escrita, conforme fragmento abaixo:

Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! (REIS, 2004, p. 255).

O perfil de caráter do colonizador fica à disposição de quem queira observar, pois seus defeitos não se ocultam ao leitor. O senhor Tavares, valendo-se de seu *status* social, se aproveitou da fragilidade do casal (ambos eram analfabetos), recebera o dinheiro e entregara uma carta de alforria tida como verdadeira, mas que, de fato, não passava de uma fraude. Tal artifício, longe de ser exceção, era recorrente no regime escravista, outras obras literárias também denunciavam tal prática, como por exemplo, o romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e para não ficarmos apenas no Romantismo, tal tema retorna na obra contemporânea de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio*, de 2003.

A crueldade do mesmo senhor Tavares é mostrada ao leitor, no episódio da retirada à força dos filhos de Joana, quando estes tinham apenas oito anos de idade. Veja o trecho abaixo:

Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos que me arrastavam pela saia, chamando-me: Mamãe! Mamãe! Ah! Minha senhora! [...] Tinham metido adentro à porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor, e o infame traficante. Ele, e o feitor arrastavam sem coração, os filhos que se abraçavam à sua mãe. (REIS, 2004, p. 257).

A crueldade na separação de mãe e filhos confirma a falta de escrúpulo daquele senhor de engenho, sobre cujos eixos de ação não lhe importavam os métodos para se chegar ao fim pretendido. É na falta de humanidade deste senhor de escravos que identificamos um fio de narrativa, distribuído em níveis gradativos de detalhes, revelando, desde a chegada do traficante até a consumação do fato, que seus atos haviam sido premeditados.

A bondade do homem branco é também revelada: “Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é pra mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos.” (REIS, 2004, p. 253).

A escrava Joana recebe os predicativos de “preguiçosa” e “douda fingida”, características essas que a credenciam como a culpada, na versão dos fatos expostos. Em relação a tais predicativos, trataremos com mais detalhes quando estudarmos adiante as metáforas da desumanização, na seção 3, subseção 3.1. Cabe destacar que, sob o prisma do dominador, ela merecia o chicote e o tronco. Há, portanto, uma projeção de culpa, saindo da figura do colonizador e sendo transferida para o colonizado, conforme aponta Zilá Bernd (1994, p. 19):

Essa é a mecânica do racismo: encontrar ou inventar “culpados”, bani-los, marginalizá-los, para tentar assim aplacar a cólera da comunidade. É mais fácil atribuir a culpa a um determinado grupo do que tentar encontrar as reais causas do problema, que na maioria das vezes está no acúmulo excessivo de privilégios por parte das classes dominantes. Como estas não querem abrir mão de tais privilégios, então elas criam os culpados sobre os quais projetam sua própria culpabilidade.

Embora a narradora assuma uma dupla função no conto, pois também participa dos eventos narrados, convém ressaltar a função da personagem. Ela, cujo nome não é revelado, acolhe os dois escravos em sua residência, cuida deles, ouve a triste história de vida da mãe Joana, e, mais adiante, também os defenderá do seu algoz, além de comprar a liberdade de Gabriel, no desenlace. O perfil de caráter dela é o oposto ao do senhor Tavares, mostrando-se sensível e solidária à causa humana, em especial, a causa dos menos favorecidos.

2.3 O encaixe do discurso abolicionista

Determinados elementos desqualificadores da figura negra são colocados em xeque, no texto, graças ao depoimento da protagonista, sendo a narradora quem articula tal processo. Ela prepara o discurso abolicionista, e, aos poucos, vai permitindo que as próprias personagens falem, tanto que, ao final, não recupera o cenário de origem, de onde iniciou a narrativa.

Existe, no conto, uma ótica de desestabilização da lógica do discurso do colonizador e do colonizado, posto que normalmente, no discurso do colonizador, o dominante é quem conta sobre o dominado. Em “A Escrava”, ocorre o contrário: o tema

escravidão é contado sob a perspectiva do negro, ou, de uma escritora negra, dando vida às personagens e luz aos fatos. Isso fortalece a estética da narrativa em torno do valor do que é ser negro, na qual a personagem abandona a condição de objeto para assumir a função de sujeito, conforme as palavras de Souza (1983, p. 77):

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Nesse sentido, a constituição da identidade do negro não como algo pronto ou acabado, todavia, em processo de construção, se submete ao propósito ideológico da escritora, ao escolher uma narradora branca e uma protagonista negra. É uma negra desempenhando o papel principal, o que significa ter voz própria. Analisando os elementos da narrativa, comprovamos que não é a narradora que fala em nome da personagem negra, nesse caso, o discurso direto de Joana assegura-lhe tanto o falar quanto o ser ouvida, pois não se trata de um monólogo, e sim, um diálogo, havendo interação entre as personagens.

A essência do discurso abolicionista, no conto, gira em torno da palavra humanidade. A escravidão era condenada pela narradora, pois, segundo ela, anulava os padrões de humanidade a que todos têm direito, ao desaproximar o homem de sua imagem original, conforme trecho abaixo, no episódio em que ela presta socorro:

Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não. Tomei com coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever. (REIS, 2004, p. 251).

A narradora, no trecho acima, pergunta-se sobre o que fazer, quando ela, na condição de personagem, estava diante de dois escravos foragidos, decidindo-se por ajudá-los. Primeiro, no início do conto, sua fala é de que a sociedade deveria agir com humanidade, e, posteriormente, ela própria o faz. Essa coerência entre o falado e o praticado confirma o objetivo do conto: denunciar um problema e apontar sua solução. A escravidão era o problema, e seu caráter desumano estava sendo denunciado. O propósito final do discurso abolicionista torna-se claro: era possível e necessário surgir um novo branco. Um branco mais humano e que rompesse um ciclo de opressão do homem ao próprio homem.

Não se tratava de uma crítica ao possível atraso político ou econômico em relação às outras nações, contudo, era uma crítica respaldada nos princípios da dignidade humana. Por causa disso, o esquema do discurso foi arquitetado como o de um advogado que defende uma causa, provando, em seguida, o que acabara de dizer. O argumento principal de defesa estava fundamentado na fé cristã, da qual as personagens presentes demonstravam ser devotas. Toda essa construção retórica desarticula a lógica dos defensores da escravidão, cujos princípios se valiam do etnocentrismo, sobre o qual, Laraia (2006, p. 72) comenta:

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal.

Desse modo, podemos, em termos ideológicos, observar a desconstrução de uma tese e a proposição de outra. Os efeitos de um etnocentrismo que construiu um ideário de dominação do branco sobre o negro, ao mesmo tempo que se encaixava no perfil do colonizador, parecia não combinar com os valores da humanidade. Se o colonizador necessitava de um pretexto ideológico para perpetuar seu processo de dominação, o abolicionista precisava trazer à tona o que realmente significava pertencer à raça humana.

A escritora, através do conto, dá condições para que isso ocorra. Assim, as personagens figuram como testemunhas oculares de um crime, a narradora exerce seu papel denunciador, o leitor julga e a narradora, na sua função de personagem, aponta uma solução para o problema, ao dar assistência a dois escravos foragidos, e agir em favor da liberdade do escravo Gabriel, no encerramento do conto.

3. As metáforas da desumanização

O conto “A Escrava” pode ser estudado através de conjuntos de metáforas, para entendermos a que elementos se referem, e, assim, compreendermos a construção de significados, dentro do processo de textualidade. Isso ajuda a compor a análise dos estágios de decadência da pessoa humana, ao qual, neste estudo, chamamos de *metáforas da desumanização*. Essas metáforas podem ser distribuídas em dois eixos: a) eixo da alienação, que veremos adiante como *A alienação do sujeito dominado: a loucura como arma*; b) eixo da religião, que trataremos, em seguida, como *A religião e o sujeito dominado: a proposta de um novo final*.

3.1 A alienação do sujeito dominado: a loucura como arma

Ao analisar a questão do indivíduo colonizado, retirado contra a própria vontade de seu continente e do convívio biossocial de liberdade, e, além disso, destinado a viver em um contexto de escravidão, Fanon (2008, p. 28) discute a questão da alienação do sujeito dominado, utilizando as seguintes palavras:

Reagindo contra a tendência constitucionista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia.

É nessa perspectiva que nossos estudos se concentram, tendo como foco, de agora em diante, o tema da loucura, ou, alienação, como consequência do processo colonial, pois, para Fanon (2008), o contato de diferentes culturas desloca os estudos da psicologia para o campo social. Por isso, não apenas o indivíduo deve ser analisado, mas o contexto social no qual este está inserido. O colonialismo deixou como herança a relação dos homens a partir de uma perspectiva racial, que para o pesquisador é doentia.

O processo colonial gerou indivíduos doentes, a fragilidade dos argumentos coloniais só se sustentou a partir da brutalidade do regime, provocando a loucura. Quando a protagonista entra em cena, no auge de sua perplexidade psicológica, acaba provocando o olhar de assombro da personagem-narradora que, por sua vez, desperta no leitor o instinto natural de curiosidade, que se configura em imediato questionamento: Qual a razão de tamanho desespero?

Alguns adjetivos permitem construir uma imagem moral de Joana: nas palavras do feitor Antônio, ela era uma “douda fingida” e “preguiçosa” (REIS, 2004, p. 245). Para o senhor Tavares, tratava-se de uma escrava “monomaníaca”, que tinha medo de tudo, não prestando para nada, sobre cuja morte não lhe trazia lamento algum (REIS, 2004, p. 260). Na visão do colonizador, a protagonista não queria trabalhar e, por essa razão, utilizava o pretexto da loucura. Ela se fazia de louca e medrosa para não trabalhar, sendo mais preguiçosa do que exatamente louca ou medrosa.

A desconstrução dessa imagem se faz pelo depoimento da escrava Joana. A tese de escrava preguiçosa, medrosa ou louca fingida passa a ser descartada, graças aos detalhes relatados pela mesma sobre sua vida (REIS, 2004, p. 254). Os constantes abusos cometidos pelo senhor de escravos, respaldados em um sistema brutal, em que o uso da força era a única forma de relação, provocam gradativamente a desumanização e alienação de Joana. A complexa relação das construções de identidade do indivíduo negro também começou a sofrer transformações nesse processo, conforme aponta Zilá Bernd (1987, p. 38):

Busca de identidade pelo negro é a busca de autodefinição. Na realidade, ele se encontra alienado de sua cultura de origem e cercado pelos valores vitoriosos de um mundo branco que o discrimina. O conceito de identidade será aqui tomado como processo, isto é, como dinâmica que se constrói e se desconstrói, e sempre junto com o conceito de alteridade, pois só existe identidade pela consciência da diferença que é posta por uma situação de estranhamento.

Conforme o trecho acima, quando o negro passou a perder sua própria referência de pertencimento à espécie humana, ocorreu uma espécie de aniquilação de sua identidade no processo colonial. Em meio ao contexto de vitórias do branco que o dominava e de derrotas a que seu povo estava inserido, encontramos o negro involuntariamente desumanizado.

No conto, isso é comprovado quando a protagonista é duplamente roubada. Num primeiro momento, sua liberdade, comprada por longos anos de trabalho do pai, havia sido subtraída pelo desleal senhor Tavares, enganando a todos com uma falsa carta de alforria. A menina que cresceu sonhando ser livre, passou a ser mantida cativa. Assim, a personagem sofre o primeiro processo de alienação. Esse primeiro estágio é, por si só, suficiente para transtornar o sujeito colonizado em irreversíveis traumas, tanto do negro para com o branco, quanto do negro para si próprio. Isso marca, portanto, a inauguração da degeneração do indivíduo colonizado.

Num segundo momento, a Joana adulta e agora totalmente inserida no regime de escravidão foi novamente roubada. Dessa vez, ela perde seus filhos. A escrava, estática na sua condição de objeto, presenciou a separação involuntária de seus dois filhos, pois quando estes tinham apenas oito anos, foram vendidos como escravos. Tal brutalidade contra um ser humano não poderia resultar em uma reação menos grave: uma dupla

alienação. A loucura passa a ser uma única arma para se proteger diante do indivíduo colonizador. Com esta arma, completa-se o processo de desumanização, no regime colonial escravista, de acordo com Fanon (2008).

3.2 A religião e o sujeito dominado: a proposta de um novo final

Para respaldar as práticas adotadas no regime escravista, os indivíduos da sociedade colonial, em especial, os senhores de engenho, que representavam uma elite econômica, precisavam articular uma proposta ideológica consistente, com apoio social. Isso foi alcançado, sobretudo com a conivência do elemento religioso, ou seja, a própria Igreja Católica.

Quando a autora propõe uma ruptura desse cenário, ela o faz ao criar uma narradora branca, que, ao invés de reproduzir o discurso da elite, inicia sua fala, conceituando, denunciando e desarticulando a tese escravista. Para uma escritora negra, no contexto em que o conto foi escrito, levando-se em consideração a linha de pensamento vigente da sociedade brasileira da época, sua postura foi realmente ousada, conforme aponta Duarte (2004, p. 272):

Ressalte-se de início que não se trata de condenar a escravidão unicamente porque um escravo específico possui um caráter elevado. Trata-se de condenar a escravidão enquanto instituição. E a autora o faz partir do próprio discurso religioso oriundo da hegemonia branca, que afirma serem todos irmãos independentemente da cor da pele! Se pensarmos em termos do longínquo ano de 1859 e da longínqua província do Maranhão, poderemos aquilatar o quanto tal postura tem de avançado, num contexto em que a própria Igreja Católica respaldava o sistema escravista.

Existe uma relação entre o público imaginário – aquele que acabou ouvindo o discurso da narradora, dentro da narrativa, e o público real – aquele que viria a ler o conto de Maria Firmina dos Reis. Observemos a narradora: sua fala estava sendo dirigida a pessoas brancas como ela, membros da elite, certamente, muitos defensores do regime escravista, e, ainda, cristãos. Igualmente se sucederia a seu público leitor, fato esse que nos permite afirmar que essa relação não foi casual, contudo, proposital, pois o objetivo inicial da autora era o confronto, e, através dele, fundamentar sua tese abolicionista.

Os argumentos defendidos pela narradora são bem construídos e todos baseados na falta de acordo entre o discurso de igualdade e solidariedade dos homens, difundido pela doutrina cristã e a desumanidade cometida por estes mesmos senhores brancos e cristãos para com seus semelhantes. Não haveria como um cristão, naquelas circunstâncias, desconsiderar tais argumentos, conforme comprova o fragmento: “Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade?” (REIS, 2004, p. 241).

Seguindo essa linha de raciocínio, o poder conferido ao elemento religioso deveria dar condições à construção de um modelo de fé e prática diante do qual a humanidade se promovesse harmonicamente em dignidade, respeito mútuo e solidariedade. O que ocorria, de fato, era o contrário: o gradativo processo de desumanização do próprio homem, contra o qual o discurso da narradora se dirige. Fica claro o ponto de vista da autora: os cristãos deveriam colocar em prática a fé que proclamavam, pois, a “liberdade” dada pelo “Homem Deus” não tivera sido apenas para os brancos.

Se utópicos ou sonhadores demais, tanto Fanon quanto Maria Firmina dos Reis propõem o surgimento de uma nova humanidade, mais fraterna e menos intolerante. Para Fanon (2008), a questão racial nos desumaniza, todo discurso fundado nesta perspectiva é doentio. Há um significado especial na figura do Gabriel erguendo a frente e desfrutando de sua liberdade, conforme fragmento abaixo:

- Desculpe-me, senhor Tavares, disse-lhe: Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel, ergue a frente. Gabriel, és livre! O senhor Tavares, cumprimentou, e retrocedeu no seu fogo alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre. (REIS, 2004, p. 262).

Esta metáfora diz sobre a condição de Gabriel, subalterno, olhar o mundo de cabeça baixa, submisso ao sistema escravista, e ao erguer a frente, a personagem desfruta de liberdade. Embora tal metáfora seja bem construída, há um longo percurso a ser feito, e ainda não realizado de fato: os afrodescendentes ainda lutam para o reconhecimento de igualdade entre os homens. Há, nesse sentido, um significado não apenas retórico das palavras conclusivas de Fanon (2008, p. 191):

Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre. [...] Há a ser realizada uma tentativa de desalienação em prol da liberdade. [...] Por que simplesmente não tentar sensibilizar o outro, sentir o outro, revelar-me outro?

Para o estudioso, resta a esperança de existir uma nova humanidade, que não se enxergue a partir de uma perspectiva de raça, que domine seus instintos de subjugar o outro, de perceber o outro, a partir de um esquema superioridade/inferioridade. A denúncia desse sistema é um caminho para construção de um mundo não racista.

Isso nos leva a compreender que o homem deve se desalienar, e, além disso, precisa se ver na perspectiva do outro. Não é apenas um final de um conto, ou de um livro teórico, contudo, é o desafio para a humanidade na busca da essência do que é ser homem, passando a escrever um novo final para a sua própria história. A figura do escravo olhando para o chão é substituída pela nova imagem da pessoa livre, erguendo a frente. Vivendo de fato a questão dos direitos humanos, a igualdade regendo as relações.

4. Considerações finais

A alienação colonial estabelece marcas profundas na sociedade moderna, na qual colonizador e colonizado passam a viver, cada qual a negação de sua humanidade, sendo retirada do colonizado a capacidade de ser visto como ser humano e de se enxergar como tal. Por causa disso, as leis que dignificam a pessoa humana devem se estender a toda a humanidade, e não apenas a parte dela.

A visão que Maria Firmina dos Reis tinha de valores humanitários já contemplava o que, mais tarde, os estudos pós-coloniais passaram a defender como a noção de alteridade e o princípio da alienação. Tal visão, partindo do conto “A Escrava”, e chegando aos nossos dias, pode ser entendida como uma mensagem de tolerância e solidariedade, na qual a liberdade é patrimônio da própria essência humana, independentemente de cor, raça ou religião.

As metáforas da desumanização puderam mostrar em detalhes como se deu o processo de degeneração do indivíduo colonizado. A perturbação psicológica de Joana e o desespero de Gabriel, ao rever seu algoz, apontam para os efeitos causados por esse processo. Isso se deu de forma tão intensa no discurso colonial, a ponto de que o negro já não mais acreditava pertencer à raça humana. Sobretudo, até o branco, ao defender tal ideário, acabou por se tornar pior do que o monstro da desumanidade que criara.

Em meio a um cenário de tal dimensão, surge a figura do homem, com seus aspectos tanto negativos quanto positivos, como pudemos observar na maldade do senhor Tavares e na bondade da personagem-narradora. Como seria possível, na mente de um defensor da escravidão, que um homem negro pudesse ser descrito com qualidades até então conferidas apenas ao homem branco? Há uma ruptura com esse paradigma e é apresentado um Gabriel humano, no seu sentido positivo, homem leal e bom filho.

Portanto, podemos afirmar que a construção de um imaginário de tortura e dor, presente nas memórias da protagonista, colabora para a sua respectiva alienação, denuncia a gravidade do assunto e tem o papel de incomodar o leitor. Esse nível de provocação foi proposital e se confirmou com a apresentação de um final mais humano, em “A Escrava”. O erro na escravidão não foi tratado como ideológico apenas, nem político ou econômico, todavia, o erro na escravidão foi tratado no aspecto humano. Era o homem que se desfigurava. Era a humanidade que saía perdendo.

REFERÊNCIAS

- BERND, Z. *Negritude e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *Racismo e Anti-Racismo*. São Paulo: Moderna, 1994.
- BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. *Teoria Literária. Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2009.
- DUARTE, E. de A. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira”. Posfácio. In: REIS, M. F. dos. *Úrsula. A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.
- FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- LOBO, L. In: DUARTE, E. de A. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 1. Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- REIS, M. F. dos. *Úrsula. A Escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Recebido em: 31/08/2016

Aprovado em: 05/03/2017